



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE



CONTRATO Nº 01-25/2024-DP.

**TERMO DE CONTRATO – CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI Nº 14.133/21)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01-25/2024-DP, QUE FAZEM ENTRE SI. O MUNICÍPIO DE PENTECOSTE, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA CLARO S.A.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE, inscrito no CNPJ/MF no 07.682.651/0001-58, com sede na PRAÇA BERNARDINO GOMES BEZERRA, 457 – Bairro MATRIZ – PENTECOSTE - Ceará, CEP – 62.640-000, neste ato representado por: Erika Pinho Tabosa, Secretária de Governo; Francisco Cláudio Bezerra Gomes, Secretário de Administração e Finanças; André Luiz da Costa, Secretário de Esporte e Juventude; Maria Marcia Rodrigues Martins, Secretária de Cultura e Turismo; José Claiton Pinho de Sousa, Secretário de Segurança pública, trânsito e Defesa Civil; Wesley Araújo da Mota, Secretário de Agricultura e Pesca e do Meio Ambiente; Miguel Gomes Martins Neto, Secretário de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano; **A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, inscrito no CNPJ/MF no 30.058.851/0001-56, com sede na RUA MAJOR JOÃO MARTINS, S/N – CENTRO – PENTECOSTE – Ceará, CEP – 62.640-000, representado por: Lucia Helena Bezerra de Almeida, Secretária de Educação; **O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**, inscrito no CNPJ/MF no 15.019.941/0001-44, com sede na RUA ADELON PINHEIRO, 363 – CENTRO – PENTECOSTE – Ceará, CEP – 62.640-000, neste ato representado por, Anamelia Alves Silva, Secretária de Assistência Social e Cidadania; **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ/MF no 11.835.948/0001-83, com sede na PRAÇA DA MATRIZ – CENTRO – PENTECOSTE – Ceará, CEP – 62.640-000, representado por: Nerilene da Silva Nery, Secretária de Saúde, doravante denominados **CONTRATANTES**, e o(a) **CLARO S.A.** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 40.432.544/0001-47, sediado(a) na R HENRI DUNANT, 780, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada por: Luiz Claudio Coelho, inscrito no CPF: 500.844.613-49 tendo em vista o que consta no Processo nº 2024.10.01.25-DP e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Dispensa de Licitação n. 25/2024-DP*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE



1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TELEFONIA MÓVEL E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS/DISPOSITIVOS DE TELECOMUNICAÇÃO EM REGIME DE COMODATO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VR. UNITARIO (R\$)	VR. MENSAL (R\$)	VR. TOTAL POR 12 MESES (R\$)
1	LIGAÇÕES ILIMITADAS INDIVIDUAIS EM LIGAÇÕES VC1, VC2 E VC3, PARA MÓVEL E FIXO, PARA QUALQUER OPERADORA, COM UTILIZAÇÃO DO CÓDIGO DA OPERADORA CONTRATADA. SMS PACOTE DE 2000 SMS PARA CLARO E 100 PARA OUTRAS OPERADORAS INTERNET 5GB EM DOBRO (FRANQUIA) TECNOLOGIA 4G COM MDM E MOTO G24 128GB..	UNID	42	108,00	4.536,00	54.432,00
2	LIGAÇÕES ILIMITADAS INDIVIDUAIS EM LIGAÇÕES VC1, VC2 E VC3, PARA MÓVEL E FIXO, PARA QUALQUER OPERADORA, COM UTILIZAÇÃO DO CÓDIGO DA OPERADORA CONTRATADA SMS PACOTE DE 2000 SMS PARA CLARO E 100 PARA OUTRAS OPERADORAS INTERNET 20GB EM DOBRO (FRANQUIA) TECNOLOGIA 4G COM MDM E MOTO G24 128GB	UNID	2	164,54	327,09	3.925,08
	VALOR TOTAL GLOBAL				4.863,09	58.357,08

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é **de 12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme art 107 da lei 14.133/21.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



PREFEITURAMUNICIPAL

PENTECOSTE



4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. *O valor total da contratação é de R\$ 58.357,08 (CINQUETA E OITO MIL TREZENTOS E CINQUETA E SETE REAIS E OITO CENTAVOS).*

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. *O pagamento será realizado através de boleto bancária.*

5.2.2. *A operadora deverá disponibilizar o boleto 8 dias antes do vencimento.*

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado mensalmente.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da **Nota Fiscal/Fatura** será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado



PREFEITURAMUNICIPAL

PENTECOSTE



providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

5.5.1. *A presente contratação não permite a antecipação de pagamento*

5.5.2. *A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico anterior deste instrumento.*

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para

6.3. as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE



7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial O MUNICÍPIO DE PENTECOSTE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 (quinze dias) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE



verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE



limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.21. A redução da velocidade após o consumo de dados sempre será para 128kbps.

8.1.22. *O reembolso dos aparelhos em caso de perda, furto ou roubo será realizado mediante a apresentação do boletim de ocorrência registrado na polícia.*

8.1.23. *Troca de aparelhos será feita em até 7 dias corridos da entrega deles ou no ato da renovação com a devolução dos aparelhos entregues anteriormente.*

9. CLÁUSULA NOVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE



10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE



iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(a) *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de*

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. as hipóteses de extinção contratual são de acordo com o previsto nos arts. 137 e 138 da lei 14133/21.

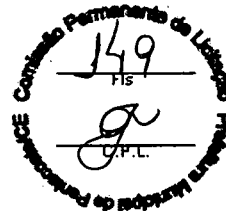
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do MUNICÍPIO DE PENTECOSTE deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
03.01 - Secretaria de Administração e Finanças	04.122.0021.2.005.0000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GOVERNO MUNICIPAL	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
05.01 - Secretaria de Agricultura e Pesca	20.122.0021.2.022.0000 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE

06.01 - Secretaria de Infraestrutura e Desenv. Urbano	15.122.0251.2.029.0000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
08.01 - Secretaria de Meio Ambiente	18.122.0021.2.044.0000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEC. DE MEIO AMBIENTE	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
10.01 - Secretaria de Educação Básica	12.368.0171.2.057.0000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
11.01 - Secretaria de Saúde	10.122.0111.2.079.0000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE - SMS	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
12.01 - Secretaria de Assistência Social e Cidadania	08.122.0071.2.099.0000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
12.01 - Secretaria de Assistência Social e Cidadania	08.244.0081.2.118.0000 - BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA E CADASTRO ÚNICO	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
12.01 - Secretaria de Assistência Social e Cidadania	08.244.0073.2.116.0000 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/SCFV	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
12.01 - Secretaria de Assistência Social e Cidadania	08.244.0074.2.117.0000 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (MAC-ASSISTÊNCIA)	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
12.03 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	08.243.0021.2.123.0000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMDCA	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
07.01 - Secretaria de Cultura e Turismo	04.122.0021.2.036.0000 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA E TURISMO	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
09.01 - Secretaria de Esporte e Juventude	04.122.0021.2.050.0000 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA. SEC DE ESPORTE E JUVENTUDE	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
13.01 - Secretário de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil	04.122.0021.2.127.0000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
04.01 - Secretaria de Governo	04.122.0021.2.013.0000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE GOVERNO	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
02.01 - Gabinete do Prefeito	04.122.0021.2.002.0000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO E ATIVIDADES CIVIS LOCAIS	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

12.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Pentecoste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

PENTECOSTE 25 DE OUTUBRO DE 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

Francisco Cláudio Bezerra Gomes
Secretário de Administração e Finanças e Ordenador de Despesas do Gabinete do Prefeito

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

Wesley Araújo da Mota
Secretário de Agricultura e Pesca
Secretário de Meio Ambiente

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

André Luiz da Costa
Secretário de Esporte e Juventude

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

Erika Pinho Tabosa
Secretária de Governo

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

Miguel Gomes Martins Neto
Secretário de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

Anamélia Alves Silva
Secretaria de Assistência Social e Cidadania

CONTRATANTE



PREFEITURA MUNICIPAL

PENTECOSTE



[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

Lúcia Helena Bezerra de Almeida
Secretária de Educação

CONTRATANTE

[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

Maria Marcia Rodrigues Martins
Secretária de Cultura e Turismo

CONTRATANTE

[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

Nerilene da Silva Nery
Secretária de Saúde

CONTRATANTE

[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

José Claiton Pinho de Sousa
Secretário de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil

CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente

gov.br

LUIZ CLAUDIO COELHO

Data: 28/10/2024 14:30:03-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>.

CLARO S/A

CNPJ: 40.432.544/0001-47

Luiz Claudio Coelho

CPF: 500.844.613-49

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- *Milena Augusto de Sousa*

2- *Victor Bezerra Nogueira*

CPF: 068.770.753-66

CPF: 07192930570